



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.632-A, DE 2023** **(Do Sr. Fred Linhares)**

Estabelece o crédito responsável e assegura a garantia do mínimo existencial para os endividados; tendo parecer da Comissão de Defesa do Consumidor, pela aprovação deste e das emendas de nºs 1/23, 2/23, 3/23, e 4/23 CDC, apresentadas ao substitutivo, com substitutivo (relator: DEP. DUARTE JR.).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DO CONSUMIDOR;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Defesa do Consumidor:

- Parecer do relator
- 1º Substitutivo oferecido pelo relator
- Emendas apresentadas ao substitutivo (4)
- Parecer às emendas apresentadas ao substitutivo
- 2º Substitutivo oferecido pelo relator
- Complementação de voto
- 3º Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. FRED LINHARES)

Estabelece o crédito responsável e assegura a garantia do mínimo existencial para os endividados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As instituições financeiras que oferecem crédito em âmbito nacional devem se guiar pelo princípio do crédito responsável, analisando, no conhecimento técnico que lhes é próprio, a condição de solvabilidade de cada devedor no momento da concessão, a fim de que não haja comprometimento ao mínimo existencial, nos termos do art. 6º, XI e XII, do Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 2º Fica vedado, nos termos do art. 7º, VI e X, da Constituição Federal e do art. 833 do Código de Processo Civil, às instituições financeiras descontar da conta-corrente do devedor percentual superior ao previsto no art. 116, § 2º, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, ou no art. 5º do Decreto Federal nº 8.690, de 11 de março de 2016.

§ 1º Quando há empréstimos consignados em folha de pagamento, a soma entre esses descontos e os efetuados diretamente em conta-corrente não pode exceder ao limite previsto no caput.

§ 2º A concessão de crédito ou o desconto em percentual acima do previsto no caput, em contracheque e conta-corrente, enseja a aplicação das sanções previstas no art. 54-D, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º No momento do pagamento antecipado de dívidas, seja por quitação espontânea, seja por meio de novação, a instituição financeira, independentemente do sistema de capitalização utilizado, deve promover o abatimento proporcional dos juros previsto no art. 52, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, por meio do rateio do valor total dos juros cobrados no contrato proporcionalmente ao número de meses faltantes para sua quitação.

Parágrafo único. Quando da quitação antecipada prevista no caput, o abatimento proporcional também deve ser efetuado no seguro prestamista cobrado quando da contratação do crédito.

Art. 4º As instituições financeiras são obrigadas a entregar ao consumidor, ao garante ou aos outros coobrigados cópia da minuta do contrato principal de consumo ou do contrato de crédito, ativo ou inativo, planilha do saldo devedor ou memorial descritivo dos valores pagos e do saldo devedor, com discriminação individualizada das parcelas, sempre que requisitado.

§ 1º O prazo máximo de entrega dos documentos solicitados é de 15 dias.

§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, a instituição financeira pode proceder ao envio por meio digital.

§ 3º As instituições financeiras não podem negar o recebimento de requerimento ou solicitação de cancelamento de autorização de desconto em conta corrente.

Art. 5º A infração a qualquer uma das disposições desta Lei sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de R\$ 30.000,00 por cada infração, sendo dobrada a cada reincidência.

Parágrafo único. Os valores arrecadados com as multas são revertidos ao fundo de amparo e defesa do consumidor dos Estados.

2

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gab.825 – CEP: 70.160-900 – Brasília/DF  
Tel: (61) 3215-5825 e-mail: [dep.fredlinhares@camara.leg.br](mailto:dep.fredlinhares@camara.leg.br)





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, regendo também os contratos em execução.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário

## JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei baseou-se na Lei Distrital nº 7.239, de 19 de abril de 2023<sup>1</sup>, a qual por entendermos ser meritória e importante para toda a sociedade, apresentamos a proposição a nível nacional.

Trata-se de uma grande justiça para com os endividados do nosso país, que segundo levantamento realizado<sup>2</sup>, mais de 70 milhões de brasileiros estão endividados, atingindo 78% das famílias. O projeto visa obrigar as instituições financeiras a analisarem previamente a condição de solvabilidade de cada devedor no momento da concessão, a fim de que não haja comprometimento ao mínimo existencial.

Ademais, pretende-se conceder aos endividados um maior amparo legal, a cerca dos limites de empréstimos consignados, dos direitos a abatimento proporcional, obrigatoriedade de emissão da planilha com o saldo devedor pelas instituições financeiras.

Pela exposição de motivos acima, esperamos contar com o apoio de nossos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2023.

1 [https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2023%7C04\\_Abril%7CDODF%20079%2027-04-2023%7C&arquivo=DODF%20079%2027-04-2023%20INTEGRA.pdf](https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2023%7C04_Abril%7CDODF%20079%2027-04-2023%7C&arquivo=DODF%20079%2027-04-2023%20INTEGRA.pdf)

2 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-02/mais-de-70-milhoes-de-brasileiros-estao-endividados>





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado FRED LINHARES  
Republicanos/DF

Apresentação: 17/05/2023 15:54:37.750 - MESA

PL n.2632/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fred Linhares  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232553003500>





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

|   |   |
|---|---|
| <b>CONSTITUIÇÃO DA<br/>REPÚBLICA<br/>FEDERATIVA DO<br/>BRASIL<br/>Art. 7º</b> | <a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:198810-05;1988">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:198810-05;1988</a>   |
| <b>LEI Nº 8.078, DE 11<br/>DE<br/>SETEMBRO DE 1990<br/>Art. 6º, 52, 54-D</b>  | <a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-0911;8078">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-0911;8078</a>   |
| <b>LEI Nº 10.406, DE 10<br/>DE JANEIRO DE 2002<br/>Art. 833</b>               | <a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002-0110;10406">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2002-0110;10406</a>   |
| <b>DECRETO Nº 8.690,<br/>DE 11 DE MARÇO DE<br/>2016</b>                       | <a href="https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto8690-11-marco-2016-782546-norma-pe.html">https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto8690-11-marco-2016-782546-norma-pe.html</a> |

# COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

## PROJETO DE LEI Nº 2.632, DE 2023

Estabelece o crédito responsável e assegura a garantia do mínimo existencial para os endividados.

**Autor:** Deputado FRED LINHARES

**Relator:** Deputado DUARTE JR.

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.632, de 2023, complementa a disciplina atual do Código de Defesa do Consumidor para a oferta e concessão de crédito, com a finalidade de estabelecer o crédito responsável e assegurar a garantia do mínimo existencial para os endividados.

A Justificação da proposta esclarece tratar-se de iniciativa baseada em Lei do Distrito Federal que, por seus méritos, mereceria alcançar abrangência nacional.

A proposição foi distribuída às Comissões de Defesa do Consumidor, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. As últimas duas apenas para análise de adequação financeira ou orçamentária e de constitucionalidade e de juridicidade, respectivamente, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

A apreciação do Projeto é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD. Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.



## II – VOTO DO RELATOR

Apesar de ser reconhecido como um dos melhores diplomas de proteção às relações de consumo do mundo, nosso Código de Defesa do Consumidor, eventualmente, necessita de atualizações para lidar com questões cujas dimensões ainda não eram relevantes ao tempo de sua edição (1990). O superendividamento foi uma dessas questões.

Com o dramático avanço do endividamento excessivo e da consequente inadimplência dos consumidores, o Código restou alterado pela Lei n.º 14.181, de 2021 (Lei do Superendividamento) para instituir um regime específico de prevenção e tratamento do superendividamento.

Não se questiona a essencialidade do crédito para o desenvolvimento econômico do País. É preciso, contudo, compreender os riscos que o uso irrefletido e demasiado do crédito oferece aos consumidores. A incipiente educação financeira de nossos cidadãos e os constantes abusos do setor financeiro na oferta e na contratação de crédito somaram-se ao cenário de crise econômica para levar um imenso contingente de famílias brasileiras ao endividamento (77,9%) e ao inadimplemento (29%).

Importante notar que esses dados são ainda mais negativos do que eram em 2021, ano de edição da Lei do Superendividamento, o que revela que, ao menos até o presente momento, os efeitos desejados – e esperados – não foram alcançados.

Nesse contexto, o projeto agora em debate ganha ainda mais pertinência e relevância. Sem em nada afetar os importantes avanços obtidos pela Lei do Superendividamento, o Projeto de Lei nº 2.632, de 2023, aprimora a arquitetura normativa de defesa do consumidor acrescentando uma nova camada de deveres aos fornecedores de crédito e uma nova camada de prerrogativas aos tomadores de crédito.

Inspirado em legislação distrital recentemente aprovada, o Projeto estabelece obrigações mais específicas ao setor financeiro, notadamente em relação ao crédito consignado (que era abordado no projeto de lei do superendividamento original, mas que restou vetado pelo Poder





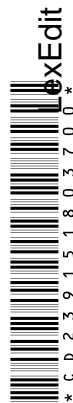
Executivo), reafirma o direito do consumidor ao abatimento proporcional de juros no pagamento antecipado de dívidas, impõe a entrega física ou eletrônica de documentos essenciais para o consumidor de crédito e estipula multa específica em caso de descumprimento de suas disposições. Somos, portanto, favoráveis à proposição.

O Projeto, contudo, contém algumas imperfeições quanto às remissões legislativas e quanto a técnica legislativa que buscamos corrigir por meio de um substitutivo.

Diante dessas considerações, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.632, de 2023, na forma do anexo substitutivo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

**Deputado DUARTE JR.**  
Relator



## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.632, DE 2023

Dispõe sobre o crédito responsável, assegura a preservação do mínimo existencial para os endividados e dá outras providências.

**O Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o crédito responsável, assegura a preservação do mínimo existencial para os endividados e dá outras providências.

Art. 2º As instituições financeiras que oferecem crédito em âmbito nacional devem se guiar pelo princípio do crédito responsável, analisando, no conhecimento técnico que lhes é próprio, a condição de solvabilidade de cada devedor no momento da concessão, a fim de que não haja comprometimento do mínimo existencial, nos termos do art. 6º, XI e XII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 3º Fica vedado às instituições financeiras, nos termos do art. 7º, VI e X, da Constituição Federal, e do art. 833 do Código de Processo Civil, descontar da conta-corrente do devedor percentual superior ao previsto nos arts. 1º, § 1º, e 6º, §§ 5º e 5º-A, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, ou no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022.

§ 1º Quando há empréstimos consignados em folha de pagamento, a soma entre esses descontos e os efetuados diretamente em conta-corrente não pode exceder ao limite previsto no caput.

§ 2º A concessão de crédito ou o desconto em percentual acima do previsto no caput, em contracheque e conta-corrente, enseja a aplicação das sanções previstas no art. 54-D, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 4º No momento do pagamento antecipado de dívidas, seja por quitação espontânea, seja por meio de novação, a instituição financeira,



independentemente do sistema de capitalização utilizado, deve promover o abatimento proporcional dos juros previsto no art. 52, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, por meio do rateio do valor total dos juros cobrados no contrato proporcionalmente ao número de meses faltantes para sua quitação.

Parágrafo único. Quando da quitação antecipada prevista no caput, o abatimento proporcional também deve ser efetuado no seguro prestamista cobrado quando da contratação do crédito.

Art. 5º As instituições financeiras são obrigadas a entregar ao consumidor, ao garante ou aos outros coobrigados cópia da minuta do contrato principal de consumo ou do contrato de crédito, ativo ou inativo, planilha do saldo devedor ou memorial descritivo dos valores pagos e do saldo devedor, com discriminação individualizada das parcelas, sempre que requisitado.

§ 1º O prazo máximo de entrega dos documentos solicitados é de 15 dias.

§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, a instituição financeira pode proceder ao envio por meio digital.

§ 3º As instituições financeiras não podem negar o recebimento de requerimento ou solicitação de cancelamento de autorização de desconto em conta corrente.

Art. 6º A infração a qualquer uma das disposições desta Lei sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de R\$ 30.000,00 por cada infração, sendo dobrada a cada reincidência, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei.

Parágrafo único. Os valores arrecadados com as multas serão revertidos ao Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos.

Art. 7º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.



**Deputado DUARTE JR.**  
Relator

Apresentação: 06/10/2023 16:10:05.440 - CDC  
PRL 1 CDC => PL 2632/2023

**PRL n.1**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239151803700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Duarte Jr.



# COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.632, DE 2023

Dispõe sobre o crédito responsável, assegura a preservação do mínimo existencial para os endividados e dá outras providências.

### EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 5º do substitutivo a seguinte redação:

Art. 5º As instituições financeiras e outros fornecedores de crédito devem adotar procedimentos de segurança ou mecanismos tecnológicos capazes de garantir a correta identificação do consumidor tais como senha, biometria, geolocalização, registro fotográfico, confirmação positiva de dados ou qualquer outro tipo de tecnologia capaz de garantir a legitimidade da contratação e a correta identificação do consumidor visando o combate a fraudes.

§ 1º Além da obrigação constante no caput deste artigo, fica assegurado ao consumidor acesso em formato digital à cópia do contrato de crédito firmado, bem como, no prazo máximo de 15 dias contatos da solicitação, a informações sobre parcelas vencidas e vincendas, saldo devedor atualizado com discriminação individualizada das parcelas.

§ 2º As sociedades de crédito direto, as empresas simples de crédito, as instituições de pagamento, as sociedades de empréstimos entre pessoas, as instituições financeiras, as cooperativas de crédito, as corretoras de ativos digitais e as demais instituições reguladas e ou fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, que atuem com pagamentos ou transações financeiras, deverão possuir políticas de gestão de risco, de combate e prevenção a fraudes e crimes cibernéticos, de atendimento ao consumidor e de prevenção à lavagem de dinheiro aprovadas pelo Banco Central do Brasil e demais autoridades financeiras competentes, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

### JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que devemos impor aos bancos a obrigação de adoção de mecanismos tecnológicos mais rígidos para coibir fraudes.

Sabemos que o uso combinado de diversas tecnologias é capaz de conferir a devida segurança na realização de operações financeiras. Não se pode admitir que, mesmo estando disponíveis, há ofertantes de crédito que não adotam os



mais elevados padrões de tecnologias e políticas para combater as fraudes que tantos transtornos traz para os consumidores brasileiros.

Por isso nossa emenda visa instituir a obrigatoriedade de adoção desses mecanismos para que o consumidor possa dispor da devida proteção para que seus dados não sejam utilizados indevidamente em operações de crédito que não tenham sido legitimamente contratadas.

É preciso que essas instituições adotem maior rigor na realização de suas operações.

Subtermos, portanto, a presente proposta para a análise do nobre relator.

Sala da Comissão, de outubro de 2023.

Datado e assinado eletronicamente

Deputado VINICIUS CARVALHO

Republicanos - SP



# COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.632, DE 2023

Dispõe sobre o crédito responsável, assegura a preservação do mínimo existencial para os endividados e dá outras providências.

### EMENDA ADITIVA

Inclua-se, no substitutivo, onde couber, artigo com a seguinte redação:

Art. ....

O art. 4º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 4º ..... ”

§ 3º Dentre outras hipóteses, é considerada discriminatória à pessoa idosa a estipulação de exigências não extensivas a outros públicos, como o comparecimento físico obrigatório em agências ou instalações como condição para a realização de operações.”(NR)

### JUSTIFICAÇÃO

A necessidade de proteção dos consumidores idosos requer medidas adicionais, principalmente para evitar a sua discriminação.

Temos observado surgir exigências a esse público que nos parecem bastante inadequadas no momento da contratação de operações por fornecedores de crédito que passaram a exigir a presença física somente aos idosos, justamente o público que mais tem dificuldade de locomoção.

Essa discriminação fica ainda mais evidente quando impede que o consumidor idoso tenha acesso a linhas de crédito com taxas mais vantajosas oferecidas por instituições que não dispõem de rede de atendimento físico e atuam apenas digitalmente.

Diante disso, ao impor a necessidade de comparecimento físico exclui e discrimina a pessoa idosa e a afasta de outras soluções mais atraentes que funcionam apenas no ambiente digital. Muitas vezes o município onde reside o idoso não dispõe de agência, obrigando-o a descolar a outros municípios.

Nem mesmo a prova de vida se faz mais necessária que ocorra de forma presencial, portanto não se pode exigir a presença física como condição para realizar operações. Cabe à pessoa idosa escolher a modalidade de



atendimento e não que seja forçada a assumir uma obrigação que não é extensiva a outros públicos.

Acredito que o acatamento da emenda poderá apoiar o excelente trabalho feito pelo nobre relator.

O eventual acatamento da emenda ensejará ajuste também na ementa do projeto para que contenha a seguinte redação:

Dispõe sobre o crédito responsável, assegura a preservação do mínimo existencial para os endividados, estipula medidas de combate à fraudes na contratação de operações de crédito e modifica a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Sala da Comissão, de outubro de 2023.

Datado e assinado eletronicamente.

Deputado VINICIUS CARVALHO

Republicanos - SP





# COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.632, DE 2023

Dispõe sobre o crédito responsável, assegura a preservação do mínimo existencial para os endividados e dá outras providências.

### EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o § 3º do art. 5º do substitutivo.

### JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo ora emendado tem a seguinte redação:

“§ 3º As instituições financeiras não podem negar o recebimento de requerimento ou solicitação de cancelamento de autorização de desconto em conta corrente.”

A supressão é necessária ante a eventual insegurança jurídica que poder trazer, com foco na repercussão que isso poderá trazer ao consumidor. Se o credor não puder se negar a suspender a cobrança da operação de crédito legítimamente contratada haverá desordem que culminará na inviabilização dessas operações. Com isso, o crédito consignado, por exemplo, atualmente com as taxas de juros mais baratas poderá ser prejudicado, levando o consumidor a buscar operações com custo maior.

O dispositivo que, aparentemente, visa proteger o consumidor poderia trazer um efeito colateral imprevisto, por isso acreditamos que merece ser revisitado.

Sala da Comissão, de outubro de 2023.

Datado e assinado eletronicamente.

Deputado VINICIUS CARVALHO

Republicanos - SP



# COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

## SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.632, DE 2023

Dispõe sobre o crédito responsável, assegura a preservação do mínimo existencial para os endividados e dá outras providências.

### EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao caput do art. 3º do substitutivo a seguinte redação:

Art. 3º **Em relação às operações de crédito de que trata a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003**, fica vedado às instituições financeiras, nos termos do art. 7º, VI e X, da Constituição Federal, e do art. 833 do Código de Processo Civil, descontar da conta-corrente do devedor percentual superior ao previsto nos arts. 1º, § 1º, e 6º, §§ 5º e 5º-A, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, ou no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022.

### JUSTIFICAÇÃO

Sugerimos singelo, porém relevante ajuste para esclarecer que existem outras operações de crédito que um consumidor pode realizar além do empréstimo consignado como por exemplo o financiamento imobiliário ou de um veículo, além do empréstimo consignado.

A emenda visa deixar claro que o limite ao desconto refere-se tão somente à operação de empréstimo consignado e não a outras que porventura o consumidor tenha com a mesma instituição financeira.

Ante o exposto, oferecemos a presente sugestão para análise do ilustre relator.

Sala da Comissão, de outubro de 2023.

Datado e assinado eletronicamente.

Deputado VINICIUS CARVALHO

Republicanos - SP



# COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

## PROJETO DE LEI Nº 2.632, DE 2023

Estabelece o crédito responsável e assegura a garantia do mínimo existencial para os endividados.

**Autor:** Deputado FRED LINHARES

**Relator:** Deputado DUARTE JR.

### PARECER ÀS EMENDAS AO SUBSTITUTIVO

O Projeto de Lei nº 2.632, de 2023, de autoria do ilustre Deputado Fred Linhares, complementa a disciplina atual do Código de Defesa do Consumidor para a oferta e concessão de crédito, com a finalidade de estabelecer o crédito responsável e assegurar a garantia do mínimo existencial para os endividados.

Nesta Comissão de Defesa do Consumidor relatei a matéria e proferi voto pela aprovação do Projeto na forma de um substitutivo (SBT 1 CDC). Entendi que o Projeto de Lei nº 2.632, de 2023, aprimora a arquitetura normativa de defesa do consumidor acrescentando uma nova camada de deveres aos fornecedores de crédito e uma nova camada de prerrogativas aos tomadores de crédito. Considerei, entretanto, que a proposição merecia ajustes formais quanto às remissões a normas em vigor e quanto à técnica legislativa e, por esse motivo, elaborei um Substitutivo.

O Substitutivo apresentado recebeu, no prazo regimental, quatro emendas, todas de autoria do nobre Deputado Vinícius Carvalho. Cabe, agora, manifestar-me acerca dessas quatro propostas de modificação.



A Emenda 1 (ESB 1/2023 CDC) altera o Substitutivo para impor aos bancos a obrigação de adoção de mecanismos tecnológicos mais rígidos para coibir fraudes.

A Emenda 2 (ESB 2/2023 CDC) inclui dispositivo que considera prática discriminatória os bancos exigirem das pessoas idosas condições diversas das aplicáveis aos demais clientes.

A Emenda 3 (ESB 3/2023 CDC) suprime disposição do Substitutivo que proibia aos bancos denegar solicitações de cancelamento de desconto em conta corrente formuladas por seus clientes.

A Emenda 4 (ESB 4/2023 CDC) modifica o art. 3º do Substitutivo, para esclarecer que o limite ao desconto refere-se tão somente à operação de empréstimo consignado e não a outras que porventura o consumidor tenha com a mesma instituição financeira.

Compreendemos que todas as emendas contribuem para aprimorar o Substitutivo sem divergir da ideia central do projeto original de salvaguardar o consumidor endividado e assegurar sua dignidade financeira. Devem as emendas, portanto, ser aprovadas e incorporadas em um novo substitutivo.

A Emenda 1 disciplina o uso de ferramentas tecnológicas como biometria e geolocalização, permitindo a verificação da autenticidade e veracidade das operações celebradas. Eleva, conseqüentemente, a segurança para todos os usuários do sistema financeiro.

A Emenda 2 cristaliza, de modo expresso em Lei, a proibição do indúvidoso comportamento discriminatório de impor restrições especificamente dirigidas ao público idoso e não extensíveis aos demais públicos.

A Emenda 3 acerta ao retirar do Substitutivo dispositivo que poderia dar margem a interpretações que fragilizariam o instituto do crédito consignado. Verdadeiramente, é o caráter irrevogável e irretratável das consignações legitimamente contratadas que garante tais operações e que propicia a cobrança de taxas mais baixas comparativamente aos demais produtos de crédito.



A Emenda 4, assim como a de nº 3, oferece maior segurança jurídica a todas as partes envolvidas nas operações de crédito consignado, deixando claro que os limites de margem definidos nas leis de regência do crédito consignado aplicam-se exclusivamente a operações da espécie e não afetam a possibilidade de outros tipos de débitos em conta regularmente autorizados pelo correntista.

Diante dessas considerações, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.632, de 2023, do Substitutivo SBT 1 CDC e das Emendas ESB 1/2023 CDC, ESB 2/2023 CDC, ESB 3/2023 CDC e ESB 4/2023 CDC, na forma do anexo Substitutivo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.

Deputado DUARTE JR.  
Relator

2024-2078



## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.632, DE 2023

Dispõe sobre o crédito responsável, assegura a preservação do mínimo existencial para os endividados e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o crédito responsável, assegura a preservação do mínimo existencial para os endividados e dá outras providências.

Art. 2º As instituições financeiras que oferecem crédito em âmbito nacional devem se guiar pelo princípio do crédito responsável, analisando, no conhecimento técnico que lhes é próprio, a condição de solvabilidade de cada devedor no momento da concessão, a fim de que não haja comprometimento do mínimo existencial, nos termos do art. 6º, XI e XII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 3º Em relação às operações de crédito de que tratam a Leis nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, fica vedado às instituições financeiras, nos termos do art. 7º, VI e X, da Constituição Federal, e do art. 833 do Código de Processo Civil, descontar da conta-corrente do devedor percentual superior ao previsto nos arts. 1º, § 1º, e 6º, §§ 5º e 5º-A, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, ou no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022.

§ 1º Quando há empréstimos consignados em folha de pagamento, a soma entre esses descontos e os efetuados diretamente em conta-corrente não pode exceder ao limite previsto no caput.

§ 2º A concessão de crédito ou o desconto em percentual acima do previsto no caput, em contracheque e conta-corrente, enseja a



aplicação das sanções previstas no art. 54-D, parágrafo único, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Art. 4º No momento do pagamento antecipado de dívidas, seja por quitação espontânea, seja por meio de novação, a instituição financeira, independentemente do sistema de capitalização utilizado, deve promover o abatimento proporcional dos juros previsto no art. 52, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, por meio do rateio do valor total dos juros cobrados no contrato proporcionalmente ao número de meses faltantes para sua quitação.

Parágrafo único. Quando da quitação antecipada prevista no caput, o abatimento proporcional também deve ser efetuado no seguro prestamista cobrado quando da contratação do crédito.

Art. 5º As instituições financeiras são obrigadas a entregar ao consumidor, ao garante ou aos outros coobrigados cópia da minuta do contrato principal de consumo ou do contrato de crédito, ativo ou inativo, planilha do saldo devedor ou memorial descritivo dos valores pagos e do saldo devedor, com discriminação individualizada das parcelas, sempre que requisitado.

§ 1º O prazo máximo de entrega dos documentos solicitados é de até 15 (quinze) dias, a contar da data da respectiva contratação.

§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, a instituição financeira pode proceder ao envio por meio digital.

Art. 6º As instituições financeiras e outros fornecedores de crédito devem adotar procedimentos de segurança ou mecanismos tecnológicos capazes de garantir a correta identificação do consumidor tais como senha, biometria, geolocalização, registro fotográfico, confirmação positiva de dados ou qualquer outro tipo de tecnologia capaz de garantir a legitimidade da contratação e a correta identificação do consumidor visando ao combate a fraudes.

Parágrafo único. As sociedades de crédito direto, as empresas simples de crédito, as instituições de pagamento, as sociedades de empréstimos entre pessoas, as instituições financeiras, as cooperativas de crédito, as corretoras de ativos digitais e as demais instituições reguladas e ou fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, que atuem com pagamentos ou



transações financeiras, deverão possuir políticas de gestão de risco, de combate e prevenção a fraudes e crimes cibernéticos, de atendimento ao consumidor e de prevenção à lavagem de dinheiro aprovadas pelo Banco Central do Brasil e demais autoridades financeiras competentes, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

Art. 7º A infração a qualquer uma das disposições desta Lei sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em decorrência de cada infração, sendo dobrada a cada reincidência, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei.

Parágrafo único. Os valores arrecadados com as multas serão revertidos ao Fundo, de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos.

Art. 8º O art. 4º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que “dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências”, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 4º .....

.....

§ 3º Dentre outras hipóteses, é considerada discriminatória à pessoa idosa a estipulação de exigências não extensivas a outros públicos, como o comparecimento físico obrigatório em agências ou instalações como condição para a realização de operações.” (NR)

Art. 9º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2024.

Deputado DUARTE JR.  
Relator

2024-2078





## PROJETO DE LEI Nº 2.632, DE 2023

Estabelece o crédito responsável e assegura a garantia do mínimo existencial para os endividados.

**Autor:** Deputado FRED LINHARES

**Relator:** Deputado DUARTE JR.

### COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Em reunião deliberativa da Comissão de Defesa do Consumidor, durante a discussão da matéria, acatei a sugestão do nobre Deputado Gilson Marques de alterar o artigo 8º do Substitutivo, dando nova redação ao § 3º do artigo 4º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

Diante dessas considerações, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.632, de 2023, do Substitutivo SBT 1 CDC e das Emendas ESB 1/2023 CDC, ESB 2/2023 CDC, ESB 3/2023 CDC e ESB 4/2023 CDC, na forma do anexo Substitutivo.

Sala da Comissão, em 09 de julho de 2025.

Deputado **DUARTE JR.**

Relator



## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.632, DE 2023

Dispõe sobre o crédito responsável, assegura a preservação do mínimo existencial para os endividados e dá outras providências.  
(NOVA EMENTA)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o crédito responsável, assegura a preservação do mínimo existencial para os endividados e dá outras providências.

Art. 2º As instituições financeiras que oferecem crédito em âmbito nacional devem se guiar pelo princípio do crédito responsável, analisando, no conhecimento técnico que lhes é próprio, a condição de solvabilidade de cada devedor no momento da concessão, a fim de que não haja comprometimento do mínimo existencial, nos termos do art. 6º, XI e XII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 3º Em relação às operações de crédito de que tratam a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, fica vedado às instituições financeiras, nos termos do art. 7º, VI e X, da Constituição Federal, e do art. 833 do Código de Processo Civil, descontar da conta-corrente do devedor percentual superior ao previsto nos arts. 1º, § 1º, e 6º, §§ 5º e 5º-A, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, ou no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022.

§ 1º Quando há empréstimos consignados em folha de



pagamento, a soma entre esses descontos e os efetuados diretamente em conta-corrente não pode exceder ao limite previsto no caput.

§ 2º A concessão de crédito ou o desconto em percentual acima do previsto no caput, em contracheque e conta-corrente, enseja a aplicação das sanções previstas no art. 54-D, parágrafo único, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Art. 4º No momento do pagamento antecipado de dívidas, seja por quitação espontânea, seja por meio de novação, a instituição financeira, independentemente do sistema de capitalização utilizado, deve promover o abatimento proporcional dos juros previsto no art. 52, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, por meio do rateio do valor total dos juros cobrados no contrato proporcionalmente ao número de meses faltantes para sua quitação.

Parágrafo único. Quando da quitação antecipada prevista no caput, o abatimento proporcional também deve ser efetuado no seguro prestamista cobrado quando da contratação do crédito.

Art. 5º As instituições financeiras são obrigadas a entregar ao consumidor, ao garante ou aos outros coobrigados cópia da minuta do contrato principal de consumo ou do contrato de crédito, ativo ou inativo, planilha do saldo devedor ou memorial descritivo dos valores pagos e do saldo devedor, com discriminação individualizada das parcelas, sempre que requisitado.

§ 1º O prazo máximo de entrega dos documentos solicitados é de até 15 (quinze) dias, a contar da data da respectiva contratação.

§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, a instituição financeira pode proceder ao envio por meio digital.

Art. 6º As instituições financeiras e outros fornecedores



de crédito devem adotar procedimentos de segurança ou mecanismos tecnológicos capazes de garantir a correta identificação do consumidor tais como senha, biometria, geolocalização, registro fotográfico, confirmação positiva de dados ou qualquer outro tipo de tecnologia capaz de garantir a legitimidade da contratação e a correta identificação do consumidor visando ao combate a fraudes.

Parágrafo único. As sociedades de crédito direto, as empresas simples de crédito, as instituições de pagamento, as sociedades de empréstimos entre pessoas, as instituições financeiras, as cooperativas de crédito, as corretoras de ativos digitais e as demais instituições reguladas e ou fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, que atuem com pagamentos ou transações financeiras, deverão possuir políticas de gestão de risco, de combate e prevenção a fraudes e crimes cibernéticos, de atendimento ao consumidor e de prevenção à lavagem de dinheiro aprovadas pelo Banco Central do Brasil e



demais autoridades financeiras competentes, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

Art. 7º A infração a qualquer uma das disposições desta Lei sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em decorrência de cada infração, sendo dobrada a cada reincidência, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei.

Parágrafo único. Os valores arrecadados com as multas serão revertidos ao Fundo, de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos.

Art. 8º O art. 4º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que “dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências”, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 4º ..... 4º

.....  
..

.....  
.....

§ 3º As instituições financeiras não podem negar o recebimento de requerimento ou solicitação de cancelamento de autorização de desconto em conta corrente. Dentre outras hipóteses, é considerada discriminatória e abusiva à pessoa idosa a estipulação de exigências não extensivas a outros públicos, como o comparecimento físico obrigatório em agências ou instalações como condição para o cancelamento de operações.” (NR)

Art. 9º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 09 de julho de 2025.



Deputado **DUARTE JR.**  
Relator





Câmara dos Deputados

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### PROJETO DE LEI Nº 2.632, DE 2023

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.632, de 2023, e das Emendas apresentadas ao Substitutivo, ESB 1/2023 CDC, ESB 2/2023 CDC, ESB 3/2023 CDC e ESB 4/2023 CDC, na forma do Substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Duarte Jr., que apresentou Complementação de Voto.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Daniel Almeida - Presidente, Paulão - Vice-Presidente, Aureo Ribeiro, Felipe Carreras, Jorge Braz, Ossesio Silva, Cabo Gilberto Silva, Carlos Henrique Gaguim, Duarte Jr., Fábio Teruel, Fausto Santos Jr., Gilson Marques, Gisela Simona, João Cury, Marcelo Queiroz, Márcio Marinho, Nilto Tatto, Vinicius Carvalho e Weliton Prado.

Sala da Comissão, em 09 de julho de 2025.

Deputado DANIEL ALMEIDA  
Presidente





OS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

### SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CDC AO PL Nº 2.632, DE 2023

Dispõe sobre o crédito responsável, assegura a preservação do mínimo existencial para os endividados e dá outras providências. (NOVA EMENTA)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o crédito responsável, assegura a preservação do mínimo existencial para os endividados e dá outras providências.

Art. 2º As instituições financeiras que oferecem crédito em âmbito nacional devem se guiar pelo princípio do crédito responsável, analisando, no conhecimento técnico que lhes é próprio, a condição de solvabilidade de cada devedor no momento da concessão, a fim de que não haja comprometimento do mínimo existencial, nos termos do art. 6º, XI e XII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 3º Em relação às operações de crédito de que tratam a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, fica vedado às instituições financeiras, nos termos do art. 7º, VI e X, da Constituição Federal, e do art. 833 do Código de Processo Civil, descontar da conta-corrente do devedor percentual superior ao previsto nos arts. 1º, § 1º, e 6º, §§ 5º e 5º-A, da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, ou no art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022.





§ 1º Quando há empréstimos consignados em folha de pagamento, a soma entre esses descontos e os efetuados diretamente em conta-corrente não pode exceder ao limite previsto no caput.

§ 2º A concessão de crédito ou o desconto em percentual acima do previsto no caput, em contracheque e conta-corrente, enseja a aplicação das sanções previstas no art. 54-D, parágrafo único, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Art. 4º No momento do pagamento antecipado de dívidas, seja por quitação espontânea, seja por meio de novação, a instituição financeira, independentemente do sistema de capitalização utilizado, deve promover o abatimento proporcional dos juros previsto no art. 52, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor, por meio do rateio do valor total dos juros cobrados no contrato proporcionalmente ao número de meses faltantes para sua quitação.

Parágrafo único. Quando da quitação antecipada prevista no caput, o abatimento proporcional também deve ser efetuado no seguro prestamista cobrado quando da contratação do crédito.

Art. 5º As instituições financeiras são obrigadas a entregar ao consumidor, ao garante ou aos outros coobrigados cópia da minuta do contrato principal de consumo ou do contrato de crédito, ativo ou inativo, planilha do saldo devedor ou memorial descritivo dos valores pagos e do saldo devedor, com discriminação individualizada das parcelas, sempre que requisitado.

§ 1º O prazo máximo de entrega dos documentos solicitados é de até 15 (quinze) dias, a contar da data da respectiva contratação.

§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, a instituição financeira pode proceder ao envio por meio digital.

Art. 6º As instituições financeiras e outros fornecedores de crédito devem adotar procedimentos de segurança ou mecanismos tecnológicos capazes de garantir a correta identificação do consumidor tais como senha, biometria, geolocalização, registro fotográfico, confirmação positiva de dados ou qualquer outro tipo de tecnologia capaz de garantir a legitimidade da contratação e a correta identificação do consumidor visando ao combate a fraudes.



Parágrafo único. As sociedades de crédito direto, as empresas simples de crédito, as instituições de pagamento, as sociedades de empréstimos entre pessoas, as instituições financeiras, as cooperativas de crédito, as corretoras de ativos digitais e as demais instituições reguladas e ou fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, que atuarem com pagamentos ou transações financeiras, deverão possuir políticas de gestão de risco, de combate e prevenção a fraudes e crimes cibernéticos, de atendimento ao consumidor e de prevenção à lavagem de dinheiro aprovadas pelo Banco Central do Brasil e demais autoridades financeiras competentes, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017.

Art. 7º A infração a qualquer uma das disposições desta Lei sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em decorrência de cada infração, sendo dobrada a cada reincidência, sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei.

Parágrafo único. Os valores arrecadados com as multas serão revertidos ao Fundo, de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos.

Art. 8º O art. 4º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que “dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências”, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 4º .....

.....

§ 3º As instituições financeiras não podem negar o recebimento de requerimento ou solicitação de cancelamento de autorização de desconto em conta corrente. Dentre outras hipóteses, é considerada discriminatória e abusiva à pessoa idosa a estipulação de exigências não extensivas a outros públicos, como o comparecimento físico obrigatório em agências ou



instalações como condição para o cancelamento de operações.” (NR)

Art. 9º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 09 de julho de 2025.

Deputado **DANIEL ALMEIDA**  
Presidente



**FIM DO DOCUMENTO**